

Plano [de Lisboa] que sua majestade mandou...

Manuel Filipe Canaveira

EXAMINEMOS A FAMOSA PLANTA DE JOÃO NUNES Tinoco (1650) e logo nos damos conta como seria fácil perdermo-nos no emaranhado de vielas e becos que tornavam o vale da Baixa num autêntico dédalo urbano. Observe-se a vista de Lisboa no conhecido quadro da Igreja de S. Luís dos Franceses e decerto chegaremos à conclusão que nas traseiras dos edifícios localizados no topo norte do Terreiro do Paço, existia um imenso casario, sem dúvida sobrepovoado e, na sua maior parte, decrépito e insalubre.

Evito, porém, como o fez Fernando Castello-Branco no seu já clássico livro denominado *Lisboa Seiscentista*, qualificar de *teia medonha*¹ esse labirinto de ruelas sinuosas, pois sempre me pareceu, um pouco intuitivamente, admito, que essa urbe quinhentista a que o grumete de um conto de Cervantes chamava «céu» e não «terra»,² deveria ter um encanto especial que hoje talvez só seja possível experimentar quando deambulamos pelos cascos venezianos do Dorsoduro ou do Castello.

Ir do Rossio à beira-rio, na Lisboa anteterramoto, era passar, algo inesperadamente, da exiguidade das ruas da *Betesgas* e dos *Vinagres*, para a comedia largueza da elegante *Rua Nova* e, daí, transpor duas ou três travessas, para aceder ao buliçoso terreiro junto ao Tejo onde residia o *Rei da Pimenta*, como o designara, em tempos mais prósperos, Erasmo de Roterdão. Aventura idêntica, em nossa opinião, é a que ainda hoje nos oferece um passeio pela *Sereníssima*, mormente entre o Zanipolo e a Riva degli Schiavoni, se tivermos o cuidado não reparar nas sumptuosas fachadas barrocas e apenas olharmos as velhas Cás renascentistas. Com efeito, Lisboa ainda hoje possui algo de veneziano se a olharmos da Outra Banda com os olhos fixos na cúpula de Santa Engrácia, e essa impressão seria certamente bem maior em 31 de Outubro de 1755, quando a paisagem ribeirinha, «enfeitada» com as velas das inúmeras embarcações fundea-



Reconstrução de Lisboa: gravura de Maurício José do Carmo Sendim.
Biblioteca Nacional de Lisboa

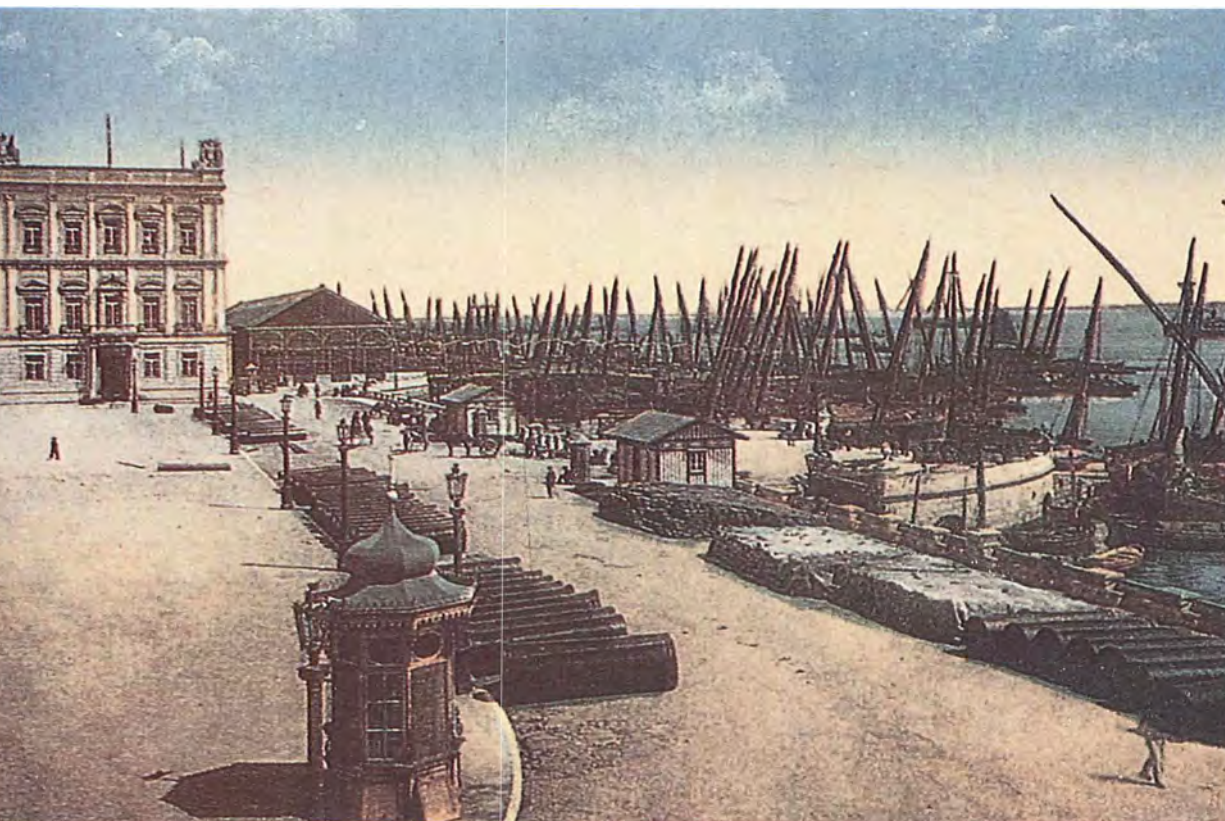
das no meio do rio, deveria ter um aspecto semelhante ao Canale di San Marco que vemos numa *veduta* executada em 1500 por Jacopo de Barbari.³

O planeamento iluminista

Essa Lisboa ruiu com o terramoto, e dela quase apenas restou entulho misturado com cadáveres e artefactos de toda a espécie, que hoje jazem sob os nossos pés. Foram esses monturos gigantescos que, desde logo, se transformaram na «causa material» da reedificação da capital, como no-lo diz expressamente o

plano promulgado em 12 de Junho de 1758 com vista a «regular o alinhamento das ruas». O referido diploma legal constitui, em nosso entender, uma verdadeira obra-prima do planeamento urbanístico iluminista, contendo uma larga profusão de palavras e expressões que resumem o pendor racionalista da época das Luzes; a saber: «rectificar, alinhar, regularizar, proporção, simetria, nivelar declives, comunicações amplas e decorosas», etc.⁴

As plantas desenhadas na Sala do Risco representavam, por conseguinte, o triunfo da geometria e da aritmética sobre a *torpeza* dos

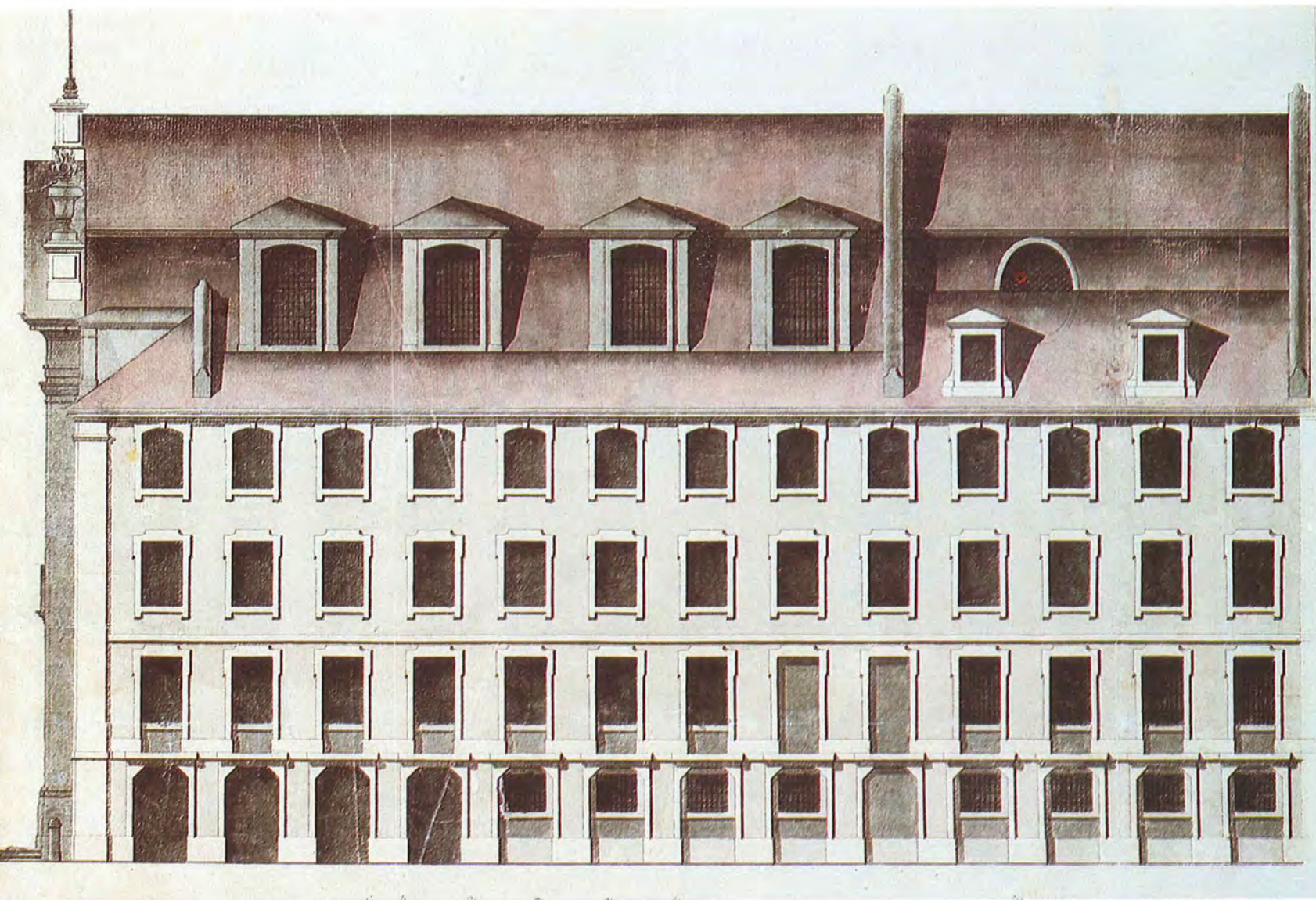


Lisboa, Caes das Colunas,
in *O Bilhete Postal Ilustrado*
e a *História Urbana de Lisboa*,
de José Manuel da Silva Passos

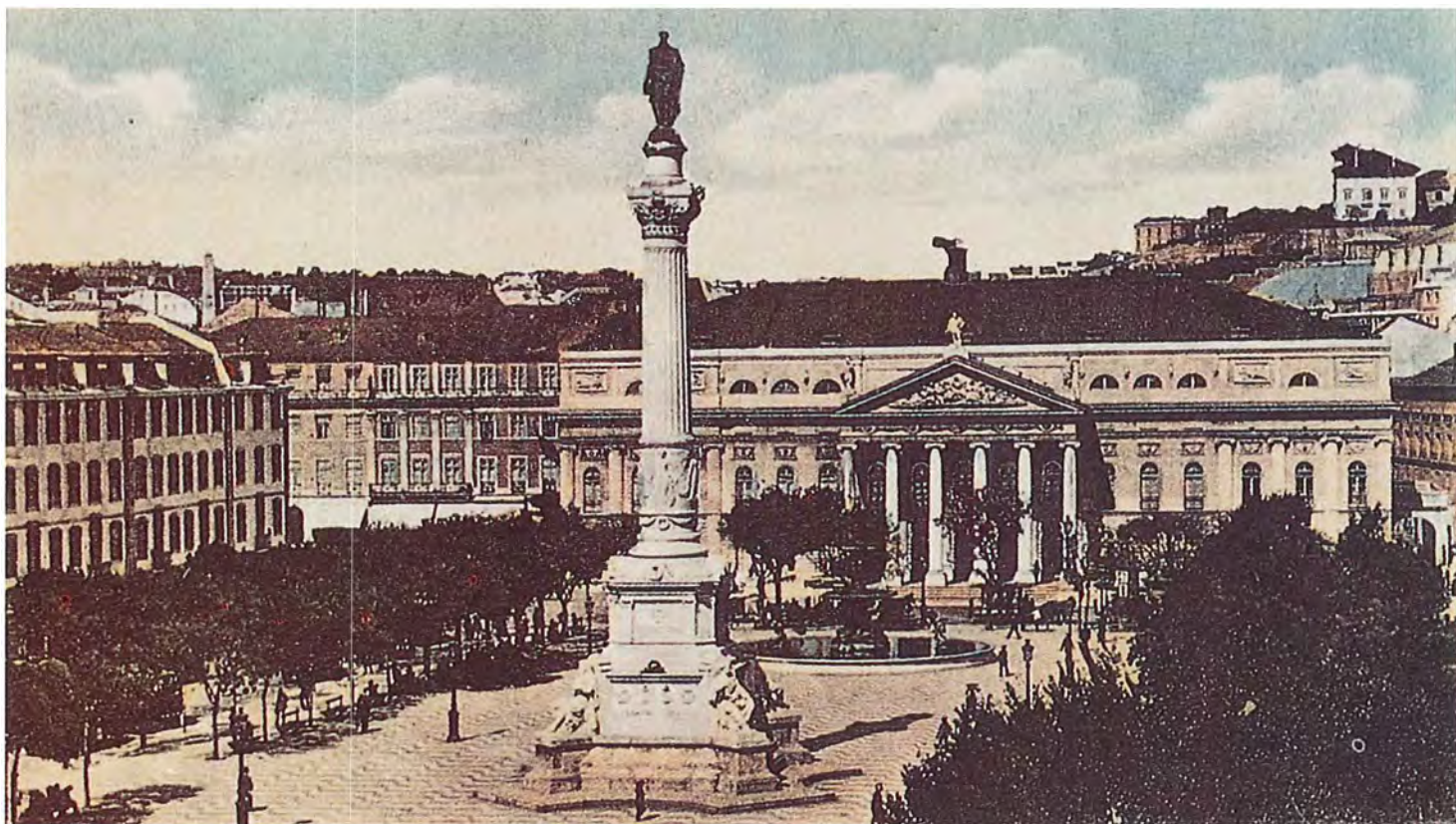
tempos idos, bem atestada na irregularidade das ruelas *oblíquas* e *estreitas* da cidade sacrificada pela fúria dos elementos. Para as concepções mecanizantes dos engenheiros e arquitectos pombalinos, tais *disformidades* tornavam quase todas essas antigas quelhas «indignas de serem ruas da corte», como se escreve no já citado plano de 1758. Os cómodos da civilização exigiam, doravante, cocheiras e estrebarias voltadas para as travessas, de forma a desimpedir as ruas, as quais deveriam possuir largura suficiente para nelas poderem circular à vontade peões e carruagens, além do espaço necessário à construção das cloacas destinadas ao escoamento das águas e «imundícies das casas dos habitantes». Em suma, o fito da Lisboa que renascia das cinzas era

ombrear com as demais capitais europeias, chegando-se a invocar o exemplo de Londres no respeitante à ordenação do trânsito de carruagens.

A área delimitada a ocidente pela Rua Nova do Almada (freguesia de S. Julião) e a oriente pela Rua da Padaria (freguesia de Santa Madalena), situada entre o Rossio e o Terreiro do Paço, foi transformada em terreno aberto destinado à construção *ex-nihilo* de uma nova cidade, oportunidade única que só Lisboa teve entre as velhas cidades do século XVIII, pois tanto São Petersburgo como Washington, edificadas em lugares desertos de civilização, não colocaram grandes entraves à consumação dos planos urbanísticos idealizados pelos seus arquitectos.⁵



*Prospecto da Igreja de S. Julião
na Frente da Rua Nova d'El-Rey.
Assinado pelo conde de Oeiras.
in Cartulário Pombalino,
Arquivo Municipal de Lisboa*



Uma nova toponímia para uma «cidade nova»

Nestas novas urbes amplas e arejadas não cabem topónimos «mesquinhos» oriundos dessas eras obscuras, dominadas por senhores feudais, czares tirânicos ou autoridades coloniais. No caso da Baixa lisboeta, seria de todo inapropriado que as novas vias niveladas, rectilíneas e largas projectadas pelo poder real, viessem a receber os nomes de marialvas, taberneiros, prostitutas, fadistas e tantos outros figurões e alguns quasí-modos que, pela sua marginalidade, impressionavam as mentes supersticiosas das gentes de antanho. Também não têm lugar os topónimos de ressonância camponesa, porque o espírito cosmopolita da cidade setecentista rejeita os

valores tradicionais da ruralidade, assim como os que derivam das actividades do quotidiano; ou seja, o forno onde se faz o tijolo, a azenha ou moinho onde se produzem as farinhas, lagares e muitos outros serviços que não têm a dignidade dos ofícios.

Nas novas freguesias de S. Julião, da Conceição e de S. Nicolau, já não existem *becos*, *azinhagas*, *calçadas*, *esteiras*, *fangas das farinhas*, *fornos*, *manilhas*, *selvagens*, *chamcudos*, *moças desnarrigadas*, e tantos outros vocábulos do mesmo jaez, como existiam nas suas antecessoras seiscentistas. Para as principais ruas da corte do Rei Fidelíssimo exigia-se maior dignidade social e, num regime absolutista, quem a possui é, em primeiro lugar, a família real e, depois, todos os que contribuem para o bom

Praça do Rossio,
in *O Bilhete Postal Ilustrado*
e *a História Urbana de Lisboa*,
de José Manuel da Silva Passos

Oreyte. O Arcebispo Regedor da Casa da Supplicação o tenha assim entendido, e faça executar, não obstante qualquer illegimento, Dispolição, ou ordens em contrario, que todos, e todos hcy por delegados para elles effectos, fôr moute. E mandado o yffice aos respectivos Intendentes as ordens necessarias, faga assinar por Edictos o prezente Decreto, para que chegue á noticia de todos, o que por elle tanto vylleverem. Palacio de Nôssa Senhora da Ajuda a cinco de Novembro de mil setecentos e setenta.

COM A RUBRICA DE SUA ALAGESTADE.

P L A N O ,
E DISTRIBUIÇÃO DAS RUAS,
que estão abertas no Terreno, que jaz entre as Praças do Commercio, e do Rocio mandado estabelecer pelo Decreto de Sua Magestade, expedido a 5 do corrente mez de Novembro de 1760.

RUA NOVA DELREY.

Nella se devem situar as Mercaderias da India, e da China, e applicada ás lojas, que della dependem para as vendas das mercaderias de India, e de China, e durante o tempo de sua venda.

RUA AUGUSTA.

Nella se devem situar as Mercaderias de Lã, e de Seda, applicadas ás lojas, que della dependem para as vendas das mercaderias de Lã, e de Seda, e durante o tempo de sua venda.

RUA AUREA.

Nella se recomendarão os Outeiros do ouro, e do ferro, e Volantines.

RUA

Plano e Distribuição das Ruas, de Lisboa, 1760.
Biblioteca Nacional de Lisboa

Lisboa, Rua do Ouro,
O Bilhete Postal Ilustrado
e a História Urbana de Lisboa,
de José Manuel da Silva Passos

Lisboa, Rua dos Capelistas,
O Bilhete Postal Ilustrado
e a História Urbana de Lisboa,
de José Manuel da Silva Passos

governo da monarquia, nomeadamente para a sua pujança económica (comerciantes e artesãos).

Não admira, pois, que o comércio designasse a entrada da corte de Lisboa, dado ser ele o sustentáculo económico do império português. O ouro era, por excelência, o valor de refúgio no sistema crisoedonista propugnado pelo pombalismo, e do seu entesouramento dependia a saúde económica do Estado. O rei, a rainha e a princesa, enquanto títulos de majestade, são um reconhecimento da família real como o fulcro da corte. O nome de Augusta evoca uma autoridade cesárea que, no contexto do pombalismo político, significava a superação dos poderes nobiliárquicos e o reconhecimento da preeminência institucional da coroa. Permanecem alguns hagiopónimos, mas veneram mártires do cristianismo que não foram príncipes, mas sim artífices, como a oleira Santa Justa.

Ofícios reais e ideologia pombalina

Esta familiaridade da realeza com as corporações dos ofícios nada tem de estranho e constitui, de facto, uma estratégia concertada do pombalismo político. A subalternização da nobreza hereditária é manifesta e destina-se a removê-la como instância de intermediação entre o trono e o povo. É certo que durante o reinado de D. José, como bem observaram Camilo Castelo Branco e Luz Soriano,⁶ verificou-se um certo afastamento do trono em relação aos súbditos (tendência que D. Luís da Cunha, no seu *Testamento Político*, já verberava no final do reinado do Magnânimo),⁷ o que servia, aliás, o propósito do Marquês de restringir ao máximo as relações do soberano com pessoas revéis ao seu poder autocrático, atitude que segue de perto os «conselhos» dados pelo cardeal Richelieu no seu *Testament Politique*.⁸



A realza josefina, porém, não deixou de manter algum contacto com os súbditos, como nos revela Frei Pedro José Esteves num manuscrito existente na Biblioteca Pública de Évora,⁹ embora essa relação de proximidade tivesse sido maior no reinado de D. João V e viesse de novo a sê-lo no de D. Maria I.¹⁰ Sublinhe-se, porém, que na época iluminista, ao contrário do que se verifica na sociedade liberal, da qual somos herdeiros directos, os títulos académicos não eram a única forma de promoção social, reconhecendo-se o valor aos artesãos cujas profissões exigissem a aprendizagem de técnicas específicas. Por esse motivo, vários reis setecentistas dedicaram os seus tempos de lazer aos ofícios mecânicos, sabendo nós que os trabalhos manuais faziam parte do programa de estudos de muitos príncipes europeus da segunda metade do século XVIII

(D. José I gostava dos trabalhos de torneiro, enquanto Luís XV e Jorge III de Inglaterra costumavam dedicar-se à jardinagem).¹¹

A «robustez» clássica da Lisboa pombalina contrasta com «delicadeza» *rocaille* do Palácio de Queluz, que lhe é contemporânea. Esta oposição, referida por muitos historiadores da arte portuguesa,¹² carece, em nosso entender, de uma reflexão que vá além da simples constatação da existência de uma burguesia nascente, protegida pelo Estado, cujos valores sociais, políticos e económicos são de todo inconciliáveis com os da etiqueta cortesã. Os Ratton, os Daupias, os Cruz e os Quintela, cujas actividades no âmbito da magistratura e dos negócios atraem a atenção dos estudiosos por assinalarem a emergência da nossa modernidade (por mais incipiente que ela sempre tenha sido em termos europeus), deixam



Pormenor de painel de azulejos.
Jardim do Palácio Fronteira, c. 1670



na sombra os cortesãos setecentistas que clamavam contra o «despotismo» de Pombal, acusação excessiva se tivermos apenas em vista os fundamentos teóricos do absolutismo josefino, mas não destituída de sentido no respeitante à caracterização do pombalismo político. Na verdade, foi a tradição absolutista da coroa, representada na majestade da pessoa do rei, que conteve, no limite, a tentação despótica latente na acção política de Sebastião José de Carvalho e Melo, político experiente que sabia bem como o poder efectivo dos validos dependia, em última instância, do beneplácito do monarca, garante de toda a legitimidade política e representante exclusivo da soberania do Estado nas sociedades do Antigo Regime.

Sociabilidade cortesã e poder político

Esses cortesãos, dizíamos, têm sido um pouco esquecidos pela historiografia recente, circunstância que contribui para a existência de alguns equívocos responsáveis pelo modo algo complacente como os tratamos. É bem provável que eles não sejam os cordeiros vítimas da tirania de Pombal e seus sequazes, mas sim os lobos sedentos de privilégios, acossados pelos mastins defensores da autoridade pública. A burguesia pombalina, antecessora do baronato liberal – cuja memória não prezamos (influenciados por Garrett, Herculano, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida...) – está na origem do país socialmente injusto que sempre fomos nos últimos dois séculos, ao passo que os cortesãos de Queluz tendem a confundir-se, no imaginário histórico português, com os «barões assinalados» de quinhentos (representantes máximos das «virtudes dos nossos maiores»), seus avoengos, é certo, mas já muito distantes, não só no tempo mas também nas qualidades humanas.

Se encararmos a questão deste modo, então a austeridade clássica da Lisboa pombalina passa a ser um testemunho pétreo do triunfo da competência científica e técnica, valor que se transformou, desde meados do século XVII, num imperativo da modernidade, enquanto a leveza de Queluz somente espelha um mundo artificial e decrépito que se reclamava de um passado longínquo, quando os títulos de nobreza, mais do que herdados, eram merecidos à custa do ânimo e sacrifício individual a que alude Francisco Rodrigues Lobo ao tratar da «criação da milícia» em *a Corte na Aldeia*.¹³ Em resumo, trazendo à colação o pensamento de Montesino, a severidade do estilo pombalino indicia as virtudes cívicas que são a «natureza» do governo republicano clássico, enquanto a frivolidade *rocaille* de Queluz faz jus ao «luxo» que caracteriza o decadentismo monárquico.¹⁴

A futilidade cortesã, ao invés das aparências, nada tinha de inócuo em termos políticos, como as descrições nostálgicas do marquês de Resende podem deixar transparecer.¹⁵ Não nos devemos iludir com as amenas descrições dos serenins ou piqueniques da corte de Queluz, diversões que, em si mesmas, parecem inocentes e insusceptíveis de ameaçarem o *status quo* político. A realidade era bem diversa, pois esse convívio palaciano estava dominado por uma «cultura» baseada na arrogância, hipocrisia e traição, que eram o timbre da cortesania versalhesca reinante nos meios selectos da Europa do século XVIII. É de todo improvável que os fidalgos de Queluz lessem as obras de Boulainvilliers, que em 1722, na sua célebre *Histoire de l'ancien gouvernement de la France*, justificara a tão reclamada preeminência social da «nobreza de espada» pelo facto de esta ser descendente dos francos, os quais, por direito de conquista, haviam obtido o privilégio de exercerem o seu domínio social sobre o Terceiro-Estado (onde se incluíam os *robins*, evidentemente, dada a sua origem burguesa), pois estes procediam dos antigos galo-romanos, vencidos e reduzidos à servidão pelos valorosos guerreiros germânicos. É provável, no entanto, que idênticos preconceitos de superioridade racial pairassem, mais ou menos difusos, nas mentes dos nossos Grandes que, decerto, se orgulhariam do sangue derramado pelos seus antepassados na fundação do reino, Reconquista cristã e edificação de um imenso império na Ásia e América.¹⁶

As invectivas dirigidas ao despotismo pombalino por estes gentis-homens nada tinham que ver com a recusa da arbitrariedade («o estar acima da lei») que assoma de uma forma tão convincente no discurso democrático hodierno. Seria um manifesto equívoco considerar a atitude rebelde da velha nobreza portuguesa face ao pombalismo como um indício de aceitação, ainda que tácita, de um *ethos*



cívico de cariz «republicano»;¹⁷ isso seria colocá-la na linha ideológica de Cícero, Salústio, Tito Lívio, Maquiavel, Harrington ou Rousseau, quando, na realidade, ela apenas se obstinava

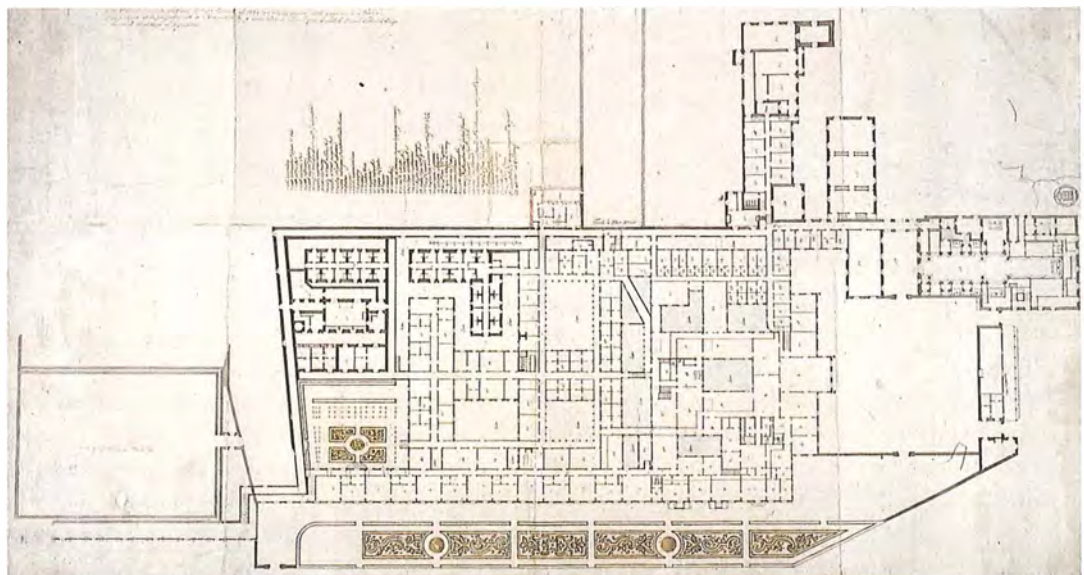
Baile de Corte, 1785. Biblioteca Nacional de Lisboa

na defesa de uma espécie de «ordem cósmica» estruturada em função da condição social do nascimento, «ordem» essa ameaçada pela subversão das hierarquias que a política de nobilitação dos juristas e financeiros – incentivada pelo absolutismo monárquico (primeira forma de estado moderno)¹⁸ – necessariamente implicava. Em suma, as respostas aos temores que atormentavam a nossa nobreza tradicional durante o pombalismo, encontramos-as nas propostas políticas arcaizantes explanadas nos escritos do duque de Saint-Simon, defensor intransigente de uma sociedade palaciana obcecada pela «pureza do sangue» e símbolos exteriores do poder (precedências, privilégios, etiqueta...).¹⁹

A rejeição do despotismo que procede da doutrina do ideal de governo republicano, cujas raízes na história do pensamento político europeu remontam à Antiguidade e Idade Média (recordemos, a título de mero exemplo, os belíssimos frescos pintados em 1340 por Lorenzetti na Sala dei Nove do Palácio Público de Siena),²⁰ nada tem que ver com os «motivos» que levaram o

governo de Pombal a justificar os Aveiro e os Távoras (a questão da veracidade ou falsidade das acusações, neste contexto, pouco importa), embora a cruel pena que lhes foi infligida fosse, em todo o caso, idêntica à sofrida anos mais tarde pelo Tiradentes, neste caso em nome dos tais valores cívicos já mencionados, sem dúvida presentes no ideário político das revoluções norte-americana e francesa que inspiraram a Inconfidência Mineira. A ilação que podemos tirar deste facto é, a nosso ver, a seguinte: na segunda metade do século XVIII o absolutismo português, em larga medida devido às tensões despóticas que a sua política reformista suscitava (como aliás sucedeu na maioria dos Estados da Europa das Luzes), viu-se confrontado com crimes de lesa-majestade inspirados por ideais reaccionários e revolucionários, reagindo em ambos os casos com a mesma implacabilidade na defesa do primado da majestade do trono; ou seja, na sustentação do prestígio da realeza, que se fundava no princípio da veneração devida a um monarca mediador do sagrado – *rei pela graça de Deus*.

Planta da Real Barraca, anónimo século XVIII.
Biblioteca Nacional de Lisboa



Cortesãos ociosos e nobilitados industriais

A corte de Queluz não teve, como a de Versalhes, o «seu» duque de Saint-Simon. Contudo, podemos constatar nalguns excertos de escritos da época, mormente nos relatos dos viajantes estrangeiros, que imperava a frivolidade: muitas «condessas de Fiesque», dispostas a vender uma propriedade rica em trigo para comprar um belo espelho;²¹ vários «duques de Lauzan», capazes de induzir em erro um *parvenu* para o ridicularizar perante toda a corte;²² numerosos ignorantes como o marquês de Gesvres, que julgava ter sido um tal INRI o autor de todos os quadros e objectos representando Cristo crucificado;²³ «perdulários» como o duque de Richelieu, sempre dispostos a repreender os filhos por pouparem dinheiro,²⁴ e tantos outros «caracteres» que Hippolyte Taine soube descrever com mestria num longo trecho da sua obra intitulada *Les Origines de la France Contemporaine*.²⁵ Na segunda metade do século XVIII, tanto em Versalhes como em Aranjuez ou Queluz, é notória a falência de um ideal cortesão que deixara há muito de ser um modelo de «civilidade» – o *Cortegiano* de Baldassar Castiglione – ou de «regulação política» – *Oráculo Manual y Arte de Prudencia* de Baltasar Gracián – para se metamorfosear numa simples «educação das aparências»,²⁶ conforme perceberam os próceres do Vintismo: «Chega o Príncipe ao trono: é logo torneado por 3 círculos concêntricos de inimiga força. O 1.º é de criados estúpidos; o 2.º de validos astutos; e o 3.º, que em diâmetro maior abrange, e com suas tangentes e secantes corta e domina os outros, é o dos Conselheiros pérfidos. Estes são os que invejam a glória do Rei, ambicionam régias prerrogativas, e a liberdade de as acomodar à própria utilidade: não podem usurpá-las; mas servem-se da traição, e da impostura para consegui-las. Eles querem, que o Rei seja grande, rico, poderoso, absoluto e



temido, para que da superabundância destas qualidades transborde sobre eles desordenada, e copiosa porção: querem que o Rei sobrecarregado de ilimitada, onerosa autoridade os convide para ajudá-lo, e para aliviar-se, distribua por eles o peso dela.»²⁷

É claro que para os publicistas liberais, por razões ideológicas evidentes, cortesãos ociosos e nobilitados industriais confundem-se, porque todos integram esse universo tendencialmente polissinódico que o Absolutismo, na realidade, criou (como é sabido, a crítica ao monarca absoluto «cativo» dos validos é recorrente no pensamento político do Antigo Regime, porque bastante

Baixa de Posto, de 1952.
Caricatura de Francisco Valença.
Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

plausível). Esse corpo político, porém, nunca foi coeso; nele sempre existiram tensões entre a nobreza dos títulos e a do mérito, por muito que o marquês de Penalva, em a *Dissertação a favor da monarquia* (1799), procurasse defender um ideal de nobreza onde a *honra* estivesse aliada à *educação*. Isso, de facto, só sucedeu em casos excepcionais (confirmadores da regra), razão por que a Corte de Queluz acabou por fenecer sem glória com a crescente afirmação do liberalismo. «Abandonado» pelos monarcas constitucionais, mais sensíveis à ambiência romântica do Palácio da Pena (tão distante da artificialidade dos *parterres* rococó, conquanto também ela fosse outra forma de construção da ideia de natureza), o Palácio de Queluz transformou-se numa mansão real semi-abandonada que quase chegou à ruína. Quando recuperou parte do brilho de outrora, após sucessivas obras de restauro realizadas ao longo do século XX (as quais ainda decorrem), era já um monumento nacional, como o Castelo de São Jorge ou o Mosteiro dos Jerónimos; ou seja, mero testemunho de um passado distante.

A permanência da Baixa pombalina como centro

A Baixa pombalina, pelo contrário, teve um futuro promissor. A regularidade do urbanismo iluminista e a sobriedade clássica, por corresponderem às necessidades práticas e espirituais da nova sociedade liberal, acabaram por se harmonizar com as «Lisboas» oitocentista e novecentista, tornando-se, pelo menos até finais da década de setenta do século passado, no fulcro da vida política, económica e cultural lisboeta. Seria ocioso enumerar todos os grandes acontecimentos da história de Portugal que ali tiveram lugar desde a aclamação do regime vintista (1820) até ao «Verão Quente» (1975), quando no Rossio os manifestantes cantarolavam «força, força, camarada Vasco; nós seremos a muralha de aço» e nas varandas do Terreiro do Paço o almi-

rante Pinheiro de Azevedo procurava acalmar a turba com um nada tranquilizador «o povo é sereno; é só fumaça, é só fumaça.»

Foi nessa Praça do Rossio, sob a copa das árvores (junto ao Nicola), que eu próprio, adolescente de catorze anos, ouvi, no dia da morte de Salazar (27 de Julho de 1970), um amigo do meu pai, nostálgico das velhas glórias republicanas, recitar com ar de gozo os seguintes versos:

*Alma ruim e cruel, que enfim partiste
Tão tarde desta vida descontente
Repousa lá no céu eternamente
E vivamos nós cá na terra sempre tristes.
Se lá no assento etéreo onde subiste,
Memória desta vida se consente,
Não esqueças nunca a lusa gente
A quem maus tratos infligistes.
E se vires que podes compensar
A dor que nos ficou,
Reza a Deus em quem sempre acreditaste,
Que bem cedo te mande acompanhar;
Pela corja de bandidos que criaste.*

Hoje, recordando esse momento, vejo que os poetastros autores das folhas volantes, contendo versos satíricos que circulavam em Lisboa à data da morte de D. José I, ainda sobreviviam e resistiam nos finais dos anos sessenta.

O abandono da Baixapombalina começou no início da década de oitenta, quando as Torres das Amoreiras passaram a dominar a paisagem de Lisboa. Depois, muitos centros comerciais e hipermercados surgiram, recheados de colunas e capitéis que não sustentam nada, adornados com pseudo-esculturas/lagos/repuxos e luxuriantes jardins de plástico. Tudo isso tem algo de rococó, numa sociedade que criou novas formas de cortesia, como se constata nos vários escândalos que abalam Portugal neste ano da graça de 2003.

De súbito, a artificialidade do «mundanismo» de Queluz parece ter voltado a estar na moda.

¹ Vide Fernando Castelo-Branco, *Lisboa seiscientista*, Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 3ª ed., Lisboa 1969, p. 39.

- ² Vide Miguel Cervantes, *Los trabajos de Persiles y Sigismunda* (1616), citado por Fernando Castelo-Branco, *Lisboa seiscentista*, p. 31.
- ³ Vide Richard Goy, *Venice. The city and its architecture*, Ed. Phaidon, Londres 1997, p. 62.
- ⁴ Vide *Plano que Sua Majestade mandou remeter ao Duque Regedor...*
- ⁵ Em 16 de Maio de 1703, Pedro o Grande enterrou uma baioneta no chão e declarou solenemente: «*Aquí nascerá uma cidade.*» Assim surgiu, na inóspita ilha de Hares, uma capital que o seu fundador desejava transformar numa «janela virada à Europa», símbolo da nova Rússia que perdera o tradicional carácter moscovita. Algo parecido aconteceu com George Washington num lugar despovoado situado nas imediações da sua propriedade de Mount Vernon, onde o major francês Pierre Charles L'Enfant pôde construir uma «*cidade de magníficas distâncias.*» As cidades do Neva e do Potomac possuem planos urbanísticos iluministas que se definem pelo seu rigoroso geometrismo, à semelhança do que sucede com a Baixa pombalina.
- ⁶ Vide Camilo Castelo Branco, *Perfil do marquês de Pombal*, Ed. Porto Editora, 7 ed., Porto 1981, pp. 230-233; Vide Simão José da Luz Soriano, *História do reinado de el-rei D. José e da administração do marquês de Pombal*, Ed. Tipografia Universal, 2 vols., Lisboa 1867, vol. I, p. 451.
- ⁷ Vide D. Luís da Cunha, *Testamento Político*, Ed. Seara Nova, col. Cadernos da Seara Nova – Biblioteca do século XVIII, Lisboa 1943, p. 33.
- ⁸ Vide Cardeal Richelieu, *Testament politique*, Ed. Centre de Philosophie politique et juridique de l'Université de Caen, col. Bibliothèque de philosophie politique et juridique – textes et documents, Caen s.d., pp. 199-200.
- ⁹ Mandou [D. José I] juntamente aos secretários de estado, que estivessem prontos nas secretarias em horas determinadas, para ouvir as partes, e lhes atender aos seus requerimentos. [...] E para que nisto não houvesse falta, nem detrimento nos pretendentes, partia todos os dias de Lisboa em um grande barco (franco para os passageiros) destinado para o pretendentes que lhe quisessem falar, a ele ou aos seus ministros, quando se estava divertindo na caça em Salvaterra, e com o mesmo destino partia outro barco de Salvaterra para Lisboa enquanto lá se demorava a corte.» In Frei Pedro José Esteves, *Princípios e progressos do recto, justo, benévolo e magnífico governo do Senhor D. José rei de Portugal*, manuscrito da Biblioteca Pública de Évora, Cod. CVII/1-17, n.º 2
- ¹⁰ Caracteriza o reinado de D. Maria I a suavidade com que esta soberana governou, provendo, acima de tudo ao bem-estar dos seus vassallos, e dos seus vassallos mais protegidos da fortuna. [...] Enfim, o governo transacto tornara D. José tão impopular que, em 1770, o Marquês de Pombal, no receio de algum desacato, determinara que as audiências reais passassem a realizar-se com todas as cautelas: o Rei estava separado do público por uma grade e as prescrições relativas às pessoas que poderiam entrar na sala de audiências eram tantas que se pode dizer que estas haviam acabado. A Rainha D. Maria I restaurou a antiga usança das audiências gerais do Povo: efectuaram-se, primeiro, às terças de manhã, e, depois, às terças e quintas-feiras. Toda a gente era admitida a elas, estabelecendo-se assim um grande contacto entre o monarca e a classe popular; e conta José Bonifácio – «quanto mais humildes e desvalidos eram os que pediam audiência, com tanto maior gosto a Rainha ouvia as suas petições e respondia aos seus queixumes.» in Caetano Beirão, *D. Maria I (1777-1792). Subsídios para a revisão da história do seu reinado*, Ed. Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa 1944, pp. 139-140.
- ¹¹ Vide Hélène Himelfarb, «Versailles fonctions et légendes», in *Les lieux de mémoire de La Nation*, Ed. Éditions Gallimard, direcção de Pierre Nora, Paris 1986, vol. II, pp. 240-241.
- ¹² Vide José-Augusto França, *Lisboa pombalina e o Iluminismo*, ed. Bertrand Editora, 3ª ed., Venda Nova 1987, p. 279.
- ¹³ Vide Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia*, Ed. Círculo de Leitores, col. Clássicos da Língua Portuguesa, Lisboa 1981, pp. 223-235.
- ¹⁴ Vide Montesquieu, *De l'Esprit des Lois*, caps. II, III e VII.
- ¹⁵ António Teles da Silva Caminha e Meneses (1.º marquês de Resende), «Descrição e recordações históricas do paço e quinta de Queluz», in *Panorama*, vols. XI, XII e XIV, Lisboa 1854-1857.
- ¹⁶ No caso da nobreza portuguesa do século XVIII, a antiguidade dos títulos era em muitos casos um mito. Com efeito, as grandes casas nobiliárquicas quinhentistas, rivais da Casa de Bragança, desapareceram após a Restauração, «por permanecerem fiéis aos Áustrias ou de tal serem vindo a ser acusadas». In Nuno Gonçalo Monteiro, «Monarquia, poderes locais e corpos intermédios no Portugal moderno (séculos XVII e XVIII)», in *Centralização e descentralização na Península Ibérica*, Ed. Câmara Municipal de Cascais, Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais, Cascais 1998, vol. 2.º, p. 120.
- ¹⁷ Vide Norberto Bobbio; Maurizio Viroli, *Diálogo em torno a la república*, Ed. Tusquets Editores, col. Kriterion, n.º 8, Barcelona 2002, pp. 30-31.
- ¹⁸ Vide Max Weber, «Le métier et la vocation d'homme politique», in *Le savant et la politique*, Ed. Plon, col. Bibliothèques 10/18, n.º 134, Paris 1997, p. 132.
- ¹⁹ Vide Philippe Nemo, *Histoire des idées politiques aux Temps modernes et contemporains*, Ed. Presses Universitaires de France, col. Quadrige, n.º 383, Paris 2002, pp. 1013-1016.
- ²⁰ Vide Quentin Skinner, *L'artiste en philosophe politique. Ambrogio Lorenzetti et le Bon Gouvernement*, Raisons d'Agir Éditions, col. Cours et Travaux, Paris 2003, pp. 13-52.
- ²¹ Vide *Mémoires complets et authentiques du duc de Saint-Simon*, Ed. Librairie de L. Hachette et Cie, coligadas por Chérueil, revistas por Saint-Beuve, Paris 1856, tomo II, p. 321.
- ²² Vide *Mémoires complets et authentiques du duc de Saint-Simon*, Ed. Librairie de L. Hachette et Cie, coligadas por Chérueil, revistas por Saint-Beuve, Paris 1856, tomo II, pp. 188-189.
- ²³ Vide *Mémoires complets et authentiques du duc de Saint-Simon*, Ed. Librairie de L. Hachette et Cie, coligadas por Chérueil, revistas por Saint-Beuve, Paris 1856, tomo II, p. 224.
- ²⁴ Vide Norbert Elias, *A sociedade de corte*, Ed. Editorial Estampa, col. Nova História, n.º 19, 2.ª ed., Lisboa 1995, p. 42.
- ²⁵ Leia-se o Livro III, intitulado *Les Moeurs et les Caractères*.
- ²⁶ Vide Bernard Hours, Louis XV et sa Cour: *Le roi, l'étiquette et le courtisan*, Ed. Presses Universitaires de France, col. Le noeuud gordien, Paris 2002, pp. 15-76.
- ²⁷ In M. – J. M. P. F. R., *Pernicioso poder dos perversos validos e conselheiros dos reis destruído pela Constituição*, Ed. Imprensa da Universidade, Coimbra 1821, p. 4.